

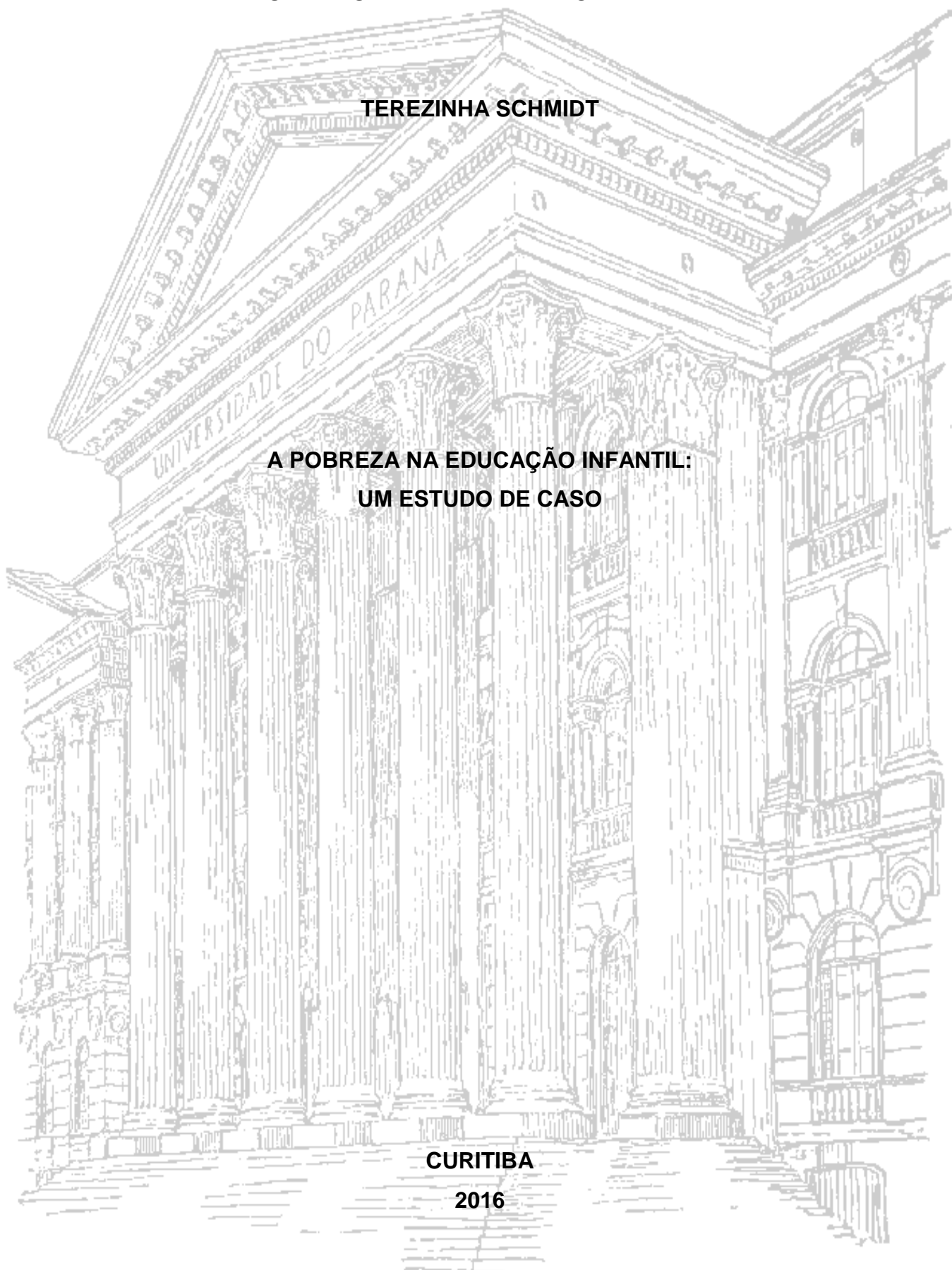
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**TEREZINHA SCHMIDT**

**A POBREZA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
UM ESTUDO DE CASO**

**CURITIBA**

**2016**



**TEREZINHA SCHMIDT**

**A POBREZA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
UM ESTUDO DE CASO**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Jasmine Moreira

**CURITIBA  
2016**

## A POBREZA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**TEREZINHA SCHMIDT**

### **RESUMO**

A pobreza representa uma infeliz realidade de uma grande parcela da sociedade brasileira. Diante desse fato, as principais atitudes que os governos buscam são ações planejadas para combater e tentar melhorar a situação de vida dos pobres, incluindo a educação como um dos meios mais viáveis para o enfrentamento a pobreza na busca pela ascensão econômica das famílias desfavorecidas economicamente. Buscando refletir sobre a contribuição da escola no enfrentamento a pobreza, realizou-se esta pesquisa, através de um estudo de campo desenvolvido em um Centro Municipal de Educação Infantil da Lapa-PR, visando averiguar suas ações no enfrentamento da pobreza dos seus alunos, oriundos de uma comunidade de classe baixa, localizada na periferia do município. Buscou-se referência na legislação educacional brasileira e ainda em autores que abordam sobre a temática da educação, tais como Saviani (2011) que defendem a educação como peça-chave do desenvolvimento social, e discutem sobre a importância da escola pública e a qualidade dos seus serviços, com vistas a garantir um dos principais direitos sociais dos cidadãos.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Pobreza. Desigualdades.

### **1 INTRODUÇÃO**

O tema da pesquisa refere-se à questão da pobreza na Educação Infantil, considerando que muitos alunos em situação de pobreza frequentam esta etapa de ensino, e dessa forma, a escola passa a contribuir significativamente na formação das crianças, não somente na questão educativa, mas no que se refere ao cuidar, que engloba higiene, alimentação e outras necessidades básicas, favorecendo, portanto o desenvolvimento infantil.

Partindo desse pressuposto, buscou-se a partir deste estudo responder ao seguinte questionamento: Qual a contribuição de um CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil para a formação das crianças em situação de pobreza? Esta instituição educativa está situada no município da Lapa-PR, inserida em um bairro de classe baixa, e anexada ao complexo de um Centro de Atendimento integral à criança e ao Adolescente - CAIC.

O intuito geral do estudo é identificar de que forma o CMEI auxilia os alunos diante da linha da pobreza que os mesmos estão inseridos. Os objetivos específicos são de averiguar se políticas públicas são destinadas a estes alunos; entender como os professores enfrentam o problema da pobreza dos alunos e; como o trabalho pedagógico é feito com estes alunos e; como a instituição trabalha com as famílias esta questão.

Justifica-se a realização deste estudo, tendo em vista a relevância da discussão acadêmica e social sobre uma temática bastante pertinente em nossa realidade: a pobreza. Os apontamentos de Caminhas, Fahel e Teles (2016) destacam que embora o Brasil encontre-se em uma posição favorável em relação a renda, comparado a outros países, considerando que aproximadamente 80% dos países têm uma renda per capita mais baixa, apresenta-se um elevado nível de pobreza justificado pela forte desigualdade na distribuição de renda.

Neste sentido, refletir sobre como a escola trabalha com a questão da pobreza de seus alunos, torna-se necessário, para evitar que os alunos acabem sendo vítimas da desigualdade e da discriminação social, uma vez que: “A educação tem sido invocada como o grande caminho para a superação da pobreza”. (BRANDÃO, EITLER, LAZARO, 2014, p.14)

Para tanto, é preciso considerar que a pobreza se faz presente na escola, e cabe a esta instituição social trabalhar em prol destes alunos buscando a transformação social por meio de sua valorização. Assim como menciona Leite (2016), em relação a visão das comunidades sobre a influência da escola, um dos méritos da escola é auxiliar na retirada das crianças e jovens da rua, inclusive quando advindos da periferia.

Desta forma, cabe à escola se comprometer com a transformação social, posicionando-se perante desigualdades sociais. Para isso é preciso que suas práticas sejam repensadas, sua cultura e relação com a sociedade. (LEITE, 2016)

O artigo está estruturado iniciando com reflexões acerca do papel da educação no enfrentamento da pobreza, seguindo com discussões sobre a educação infantil, apresentando na sequência a análise dos dados obtidos em campo, findando com as considerações finais, que apresentam as ideias sobre as questões que conferem a contribuição da educação infantil aos alunos que vivem em situação de pobreza.

## 2. O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Por muito tempo invisibilidades sobre os direitos civis no Brasil marcaram a sua história. Mas, em decorrência de avanços sociais conquistados por meio da movimentação política da sociedade civil, patamares mais equitativos vêm recentemente se configurando. Sob esta perspectiva, a sociedade brasileira ainda caminha, em busca da igualdade social. (FALCÃO, FLEURY e SPOSATI, 1999). Nessa perspectiva, os direitos civis, políticos e sociais, assim como define Demerval Saviani, compreendem:

Os primeiros são aqueles ligados ao exercício da liberdade individual, como o direito de ir e vir, o livre pensamento, a celebração de contratos e a aquisição e manutenção da propriedade, assim como o acesso aos instrumentos de defesa de todos os direitos, o que se traduz no direito à justiça. No segundo grupo, o dos direitos políticos, Marshall inclui todos os direitos ligados à participação no poder político, o que envolve a prerrogativa de alguém se tornar governante e de escolher quem governa (direito de votar e ser votado). Por fim, os direitos sociais correspondem ao acesso de todos os indivíduos ao nível mínimo de bem-estar possibilitado pelo padrão de civilização vigente. (SAVIANI, 2011, p.45)

Uma importante alavanca na legalidade desses direitos foi implementada por meio da Constituição de 1988, que encontra-se em vigência, consolidando o ponto culminante de estabelecimento e implementação dos direitos civis, políticos e sociais, o que levou o governo a desenvolver políticas sociais inovadoras, diante das novas perspectivas de assistência social (CAMINHAS, FAHEL e TELES, 2016). Neste documento ressaltam-se exemplos de direitos sociais:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (VITA, 1989, p. 111 apud SAVIANI, 2011, p.46)

A educação, foco deste estudo, constitui-se, portanto, como um dos direitos civis que o cidadão brasileiro dispõe. Com base no exposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao relatar sobre princípios e os fins da educação nacional destaca-se que:

Art. 2º [...] A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Outro quesito desenrolado na LDB expõe sobre acessibilidade, gratuidade e qualidade, ao mencionar a questão sobre a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e ainda a gratuidade de ensino em instituições públicas. (BRASIL, 2006, Art.3º)

No entanto, apesar de estes aspectos estarem presentes na legislação brasileira, existem inúmeros fatores que os cidadãos se deparam nas suas vidas oriundos da sociedade em que vivem e das suas situações, e acabam impedindo o desfrute deste direito social tão importante que é a educação, bem como as desigualdades. (SAVIANI, 2011)

De acordo com Saviani (2011) o Brasil vem passando por uma crise no financiamento da educação, e que segundo ele tem raízes históricas da situação real de pobreza vivida por nosso país, que revela tantas carências e necessidades nas áreas de infraestrutura, de segurança, problemas sociais, econômicos e culturais. No entanto, muito embora o Brasil não seja pobre, e faça parte de grupos econômicos mundiais em destaque, seu problema a encontra-se na injustiça.

Para Saviani (2011, p.56) é preciso eleger “a educação como o fator estratégico de desenvolvimento do país”, entender que por meio dela o país pode alavancar o seu desenvolvimento. Para tanto, é preciso carregar para educação todos os recursos disponíveis, a entender que, através dela outros fatores poderão ser beneficiados, tais como saúde e segurança, no que tange a seguinte perspectiva:

Com efeito, se ampliarmos o número de escolas tornando-as capazes de absorver toda a população em idade escolar nos vários níveis e modalidades de ensino; se povoarmos essas escolas com todos os profissionais de que elas necessitam, em especial com professores em tempo integral e bem remunerados, nós estaremos atacando o problema do desemprego diretamente, pois serão criados milhões de empregos. Estaremos atacando o problema da segurança, pois estaremos promovendo o desenvolvimento econômico (SAVIANI, 2011, p.57)

Mas, as desigualdades estão presentes. E o campo educacional tem sido centro de muitas discussões sobre esta temática, ao considerá-lo ainda como reprodutor de desigualdades. Arroyo (2010, p.1382) discursa sobre este problema

contemporâneo, ao proferir que “estudos, as pesquisas e os debates sobre a relação entre educação e desigualdades têm sido um dos campos mais fecundos e instigantes no pensamento educacional progressista e na formulação e gestão, na análise e avaliação de políticas educativas”, precedidos pelas análises que revelam a presença do analfabetismo, baixos níveis de escolarização, defasagens, evasões, repetências, desigualdades de percursos escolares.

Diante desta realidade, o discurso sobre as políticas no Brasil sempre perpassam este fato, buscando nas políticas a superação das desigualdades. De acordo com Arroyo (2010, p.1390): “as desigualdades são de condições de viver, de emprego, de sobrevivência, de exploração no trabalho até explorações múltiplas do trabalho infanto-juvenil”.

Desigualdade estas visíveis também na educação, ao considerar que elas extrapolam o muro da escola, isto é, não ocorrem apenas intraescola e intrassistema, mas são diretamente influenciadas por questões sociais exteriores exemplificadas por determinantes sociais, tais como fatores econômicos, políticos, culturais, de gênero, raça, etnia, campo, periferia. (ARROYO, 2010) Arroyo (2010, p.1387) critica ainda a posição do Estado no planejamento das políticas, quando acaba por ignorar as vítimas da desigualdade meramente como desiguais e considerá-las como um problema:

Eles são o problema ou porque são preguiçosos, improdutivos, adversos ao trabalho, imprevidentes, ou por não serem escolarizados (analfabetos), sem as competências requeridas pelo mercado de trabalho moderno. Ainda mais, eles são problema porque são desiguais, diferentes em raça, etnia, classe, gênero, em valores, cultura, consciência crítica. Ver as diferenças, os diferentes como problema está incrustado em nossa cultura política. Ou são problema herdado de um passado de tradicionalismo, do atraso na agricultura, no trabalho informal, ou da lenta incorporação na sociedade moderna, letrada, desenvolvida. Sob qualquer ângulo, esses coletivos são um problema social que exige um Estado de solução, instituições e políticas públicas de soluções. (ARROYO, 2010, p.1388)

Perante a visão como apenas destinatários das políticas, e concluindo políticas pobres, incapazes de atingir as tensões da sociedade, para tanto, revelam-se como “políticas compensatórias, reformistas, distributivas. Pretendem compensar carências, desigualdades, através da distribuição de serviços públicos. Os desiguais como problema, as políticas como solução”. (ARROYO, 2010, p.1388)

Conforme discutem Brandão, Eitler e Lazaro (2014, p.12) a pobreza é representada por uma condição e não por identidade, oriunda de dinâmicas das

sociedades, o que envolve questões historicamente construídas, envolvidas por fatores políticos, econômicos, que acabam se reproduzindo por meio de acesso ao trabalho decente, formas de produção e distribuição das riquezas, educação, saúde, segurança, moradia. A pobreza é “uma condição multidimensional que afeta a capacidade de crianças, jovens e adultos de aprender, fazer, ser e conviver, retira direitos, impõe estigmas e preconceitos”.

O Brasil, de acordo com dados expostos pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (IPEA) existem dimensões que caracterizam a situação de pobreza, sendo que o IPEA propõe um índice para verificar o nível de pobreza por meio de necessidades da população, onde calcula-se o nível de vulnerabilidade das famílias, embora discuta-se que medir a pobreza não representa uma tarefa tão simples. (VASCONCELLOS, 2007)

Um dos índices utilizados para medir a pobreza apropriado inclusive pelo Banco Mundial determina pobres aqueles que vivem com menos de 1 dólar/mês. No entanto tal perspectiva é criticada por muitos pesquisadores, que garantem que esta medida é limitada, pois não considera aspectos multidimensionais. Sendo assim, posteriormente a década de 70, reflexões sobre a definição de critérios mais significativos para designar e medir a pobreza vem sendo discutidos. (VASCONCELLOS, 2007) Visando um novo cálculo de índice de pobreza no Brasil, o IPEA adotou o Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como referência e determinou novas perspectivas ao buscar entender a pobreza num quesito multidimensional, elegendo componentes, dimensões e indicadores de referência, tais como a vulnerabilidade, a falta de acesso ao conhecimento, o acesso ao trabalho, escassez de recursos, desenvolvimento infantil. (VASCONCELLOS, 2007)

O Brasil encontra-se no vigésimo terceiro lugar no ranking de pobreza à nível mundial. Por isso, a situação de pobreza pode e deve ser enfrentada. Ação esta que requer o conhecimento das múltiplas dimensões que as determinam, assim como relatam Brandão, Eitler e Lazaro (2014), sobre a dimensão absoluta, ausência de condições de vida, ausência de direitos e de liberdade e dimensões relativas. Devendo ser superada a se pensar não apenas do ponto de vista econômico, mas no contexto multidimensional, já que a pobreza acaba afetando vários fatores da vida do indivíduo, não apenas a necessidade econômica.

Por isso, ao tratar da pobreza e preciso também tratar da desigualdade. A pobreza e a desigualdade atingem mais fortemente determinados grupos sociais, embora não seja restrita a eles. Esses grupos têm características que são possíveis identificar e, assim, reconhecer a existência de uma relação entre pobreza e diversidade. No Brasil, por exemplo, a população negra (pretos e pardos) é mais afetada do que o grupo da população não negra. Do mesmo modo, as populações do campo são mais empobrecidas do que os grupos urbanos. Nas cidades, as periferias reúnem grandes quantidades de famílias pobres, assim como determinadas regiões do país são caracterizadas pelas condições precárias em que vivem seus habitantes. As comunidades indígenas, quando conseguem manter suas tradições e garantir as condições de vida em seus ecossistemas, resistem melhor do que os grupos que interagiram mais intensamente com as populações não indígenas e migraram para as periferias urbanas, onde engrossam o contingente das famílias empobrecidas. (BRANDÃO, EITLER, LAZARO, 2014, p.12)

Por isso, entende-se a importância do papel da educação no enfrentamento da pobreza. Pois, assim como apontam Brandão, Eitler e Lázaro (2014) tanto a educação formal como a não formal possui responsabilidades no entendimento de condições que produzem e reproduzem a pobreza. Neste caso, por meio dela é possível que informações sejam disseminadas e desenvolvam a reflexão sobre, fortaleçam questões morais, de respeito e justiça, motivem cidadãos a lutar em prol da igualdade e a busca ao bem comum. O que extrapola a denúncia ou indignação, mas desenvolve a consciência sobre as condições relativas a pobreza.

O desenvolvimento humano é algo complexo e demanda esforços também humanos para o seu aprimoramento. De todas as premissas das quais se pode partir, uma parece de incontornável necessidade para o desenvolvimento de qualquer esforço educacional: ninguém nasce portador da virtude. Outra premissa também incontornável é a de que a virtude é uma habilidade ética fundamentalmente humana, potencialmente presente em toda pessoa humana, e suscetível de ser ensinada. Se existem inclinações humanas constatáveis em toda criança ou adolescente em formação, não é verdadeiro afirmar que todos estão predestinados ou ao bem ou ao mal; pessoas se constituem, em contextos sociais específicos, e são, em grande parte, mas não exclusivamente, condicionadas por seu contexto social, econômico, humano e histórico. A personalidade será, portanto, ao longo do percurso escolar, uma resultante de impulsos internos e estímulos externos. Assim, a educação deve ser capaz de cultivar, nas variadas personalidades dos educandos, nas variadas experiências por eles acumuladas, nas diversas origens sociais e econômicas das quais partam em suas existências individuais e familiares, os devidos incentivos necessários para que brotem as qualidades humanas democráticas, tolerantes, responsáveis, conhecedoras, participativas, pensantes, conscientes e críticas da vida social. (BITTAR, 2016, p.02)

Perante embates e avanços, a escola por meio da educação assume a função de arrebatadora das desigualdades, sendo peça-chave do desenvolvimento

### 3. A EDUCAÇÃO INFANTIL E SEU CARÁTER ASSISTENCIALISTA

Foi posteriormente ao século XIX que reflexões acerca do cuidado com a criança passaram a se disseminar no Brasil, em decorrência da industrialização e urbanização em desenvolvimento. O fato que revelou a posição da mulher no mercado de trabalho diante da demanda necessária para mão-de-obra nas fábricas, também requereu locais para alocação de seus filhos. Nesse momento, surgiram as creches pautadas no objetivo de atender as crianças filhas das mães trabalhadoras, e o sentido do cuidar como atividade central nestes locais, para garantir as necessidades básicas das crianças, bem como a alimentação e higiene. Estas instituições denominadas creches eram regidas pelo setor de Assistência Social. (FULY e VEIGA, 2012)

Houve a necessidade de repensar qual destino se daria às crianças, filhos dos operários, pois estavam sofrendo maus tratos e abandono, enquanto os filhos de pais burgueses frequentavam a escola. Aos poucos, foram sendo criadas instituições formais, que não tinham propostas pedagógicas. A maioria das atividades realizadas nesses estabelecimentos eram voltadas para a obtenção de bons hábitos de comportamento, internalização de regras morais e de valores religiosos. (VALLE, 2010, p. 16)

Outra parcela da sociedade brasileira também contribuiu para dar origem às creches, diante da busca da resolução do problema social ocasionado pela significativa quantidade de crianças abandonadas, oriundas de mulheres da corte que descartavam seus filhos indesejados. As famílias pobres não abandonavam seus filhos tendo em vista que eles serviam no auxílio ao trabalho. A solução estaria então na organização de locais de cuidado para estas crianças, denominados rodas: “Surge então, em 1832 no Rio de Janeiro, a primeira instituição de amparo a crianças abandonadas, conhecida no Brasil como “roda do exposto ou do enjeitado”, com a real intenção de esconder a vergonha da mãe solteira”. (FULY e VEIGA, 2012, p.89)

Com todo esse percurso assistencialista se deu a criação das creches brasileiras. Não há de se negar que as “instituições de caridade”, que assumiam essas crianças pequenas na ausência de suas mães, ministravam algum tipo de educação às mesmas, porém tratava-se de uma instrução não pautada em currículo ou planejada com os devidos cuidados pedagógicos, pois ora tendia ao treinamento para o trabalho, ora para o, também treinamento, das primeiras letras, sempre com o intuito de prepará-

las para a vida como adultos em miniaturas. Essa situação que perdurou até os fins do século XX no Brasil. (FULY e VEIGA, 2012, p.89)

A trajetória evolutiva histórica da Educação Infantil brasileira apresenta seu ponto culminante na Constituição de 1988 quando passou a ser reconhecida legalmente como direito das crianças pequenas, momento em que as creches foram transferidas do sistema de assistência social para o educacional, reafirmada pelo Estatuto da criança e Adolescente, a educação infantil foi incorporada à educação básica perante a implementação da Lei 9394/96. (EVANGELISTA, MORAES e SHIROMA, 2011). A importância da expansão da educação se dá considerando que:

No Brasil, a média de anos de escolaridade aumentou muito em função do processo de universalização do acesso à educação básica, que vem ocorrendo desde 1994. Esse progresso ainda não é o suficiente, mas é importante frisar que a situação da educação brasileira passa por uma transformação consistente. (CAMINHAS, FAHEL e TELES, 2016, p.06)

A educação infantil de hoje representa uma conquista social, e desenvolve-se concomitante a concepção de evolução sobre a concepção acerca da criança e os direitos que ela conquistou ao longo do tempo, temas que se apresentam indissociáveis, pois são interdependentes: o surgimento da educação infantil com o reconhecimento da infância, “quando movimentos sociais, médicos, religiosos começam a ver a classe infantil como tal, dando importância a políticas públicas que atendessem a esta classe, principalmente quando tratava-se de crianças pobres”. (MEDEIROS E RODRIGUES, 2016, p.03)

Vale destacar que, a partir desta ideia em relação a visão da criança, nos dias de hoje ainda presenciam-se entendimentos reducionistas em relação à criança. Assim como confirma Moro (2012, p.12) “ainda nos dias de hoje, distantes tanto da idade moderna como dos períodos anteriores, somos surpreendidos por concepções de infância marcadas pela visão adultocêntrica”; considerando que esta condição não entende a criança como sujeito de direitos e ser competentes para interagir nas diferentes culturas de nossa sociedade.

Stival (2010) comenta que início a creche surgiu como instituição assistencialista, para cuidar da criança na ausência da família. Surgiu em meados do século XVIII na Europa, em “refúgios”, ou seja, salas nos interiores das fábricas

onde as famílias trabalhavam, as mulheres que não trabalhavam eram as que cuidavam das crianças, chamadas “guardiãs” e complementa que:

Na França, por volta de 1840, surgiram as primeiras instituições responsáveis por cuidar das crianças recém-nascidas até atingirem a idade de cinco anos. Tratava-se, na realidade, de filhos de trabalhadores que não tinham onde deixar seus filhos. Foi utilizada então a definição de creche, que em francês – creche – significa berço. Na Inglaterra, também no início do século XVIII, houve sucesso na implantação dessas instituições, surgindo outro programa intitulado para primeira infância, o infantário. (STIVAL, 2010, p. 24)

De acordo com Stival (2010), a partir do século XIX, as creches passaram a ter um enfoque mais educativo do que assistencialista. “A pré-escola deveria suprir as carências culturais, linguísticas e afetivas das crianças provenientes das classes populares.” (Stival, 2010, p. 25).

No Brasil, a concepção de pré-escola chegou na década de 70 onde não se via apenas a creche como lugar de cuidado e sim de alfabetização. Conforme Stival (2010), até os dias de hoje continuam sendo explorados questões como alimentação, higiene, saúde, e também a alfabetização, respeitando as fases de desenvolvimento de cada criança.

#### **4. METODOLOGIA**

O parâmetro metodológico utilizado para esta pesquisa será do tipo estudo de caso que segundo Gil (1995, p. 78): “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo [...]”. Serão utilizados instrumentos de coleta de dados como entrevistas e questionários. A entrevista será direcionada a Diretora da escola e os questionários a uma amostra de 5 professores que trabalham na escola foco do estudo.

Com relação a entrevista, Gil define a entrevista como: “[...] a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. (1995, p. 113). Gil (1995) afirma ainda que a entrevista é uma excelente ferramenta para obtenção de informações sobre os sentimentos pessoais dos investigados.

Quanto ao questionário, Gil afirma que: “O questionário constitui hoje uma das mais importantes técnicas disponíveis para a obtenção de dados nas pesquisas

sociais”. (1995, p. 124). Gil ainda afirma que: “a construção do questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem rígidos”. (1995, p. 126).

Realizou-se então a análise qualitativa dos dados que, segundo Chizzotti:

Os dados não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relação: são “fenômenos” que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos. É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência. (1995, p. 84).

O objetivo da coleta de dados é buscar evidências que exemplifiquem como um Centro Municipal de Educação Infantil da Lapa-PR faz para auxiliar a formação das crianças em situação de pobreza.

As perguntas que compõe o questionário foram formuladas com o objetivo de identificar de que forma o CMEI auxilia os alunos diante da linha da pobreza que os mesmos estão inseridos.

As perguntas compreenderam questionamentos destinados a diretora da instituição escolar sobre qual a ação do CMEI no combate aos efeitos da pobreza sobre os alunos; Que tipo de política pública o CMEI tem acesso que auxilia, em sua opinião, no enfrentamento a pobreza; quais são os desafios da gestão diante dos alunos que vivem em situação de pobreza e sobre a existência de projetos voltados ao enfrentamento da pobreza?

Os questionamentos da entrevista foram eleitos com base numa visão multidimensional, não apenas tentando identificar a questão da carência econômica dos alunos mas com o intuito de perceber as medidas que a escola toma na perspectiva educacional, como uma das principais funções da escola.

A partir dos dados coletados foi feita uma análise qualitativa o que permitiu averiguar as evidências declaradas pela entrevistada e relacioná-las com a teoria pesquisada, que são apresentadas a seguir.

### **3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

O Centro Municipal de Educação Infantil está localizado na Lapa-PR, no Bairro São Lucas, periferia do município da Lapa-PR, com o prédio inserido no CAIC

– Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente “Ministro Flavio Suplicy de Lacerda”.

Atualmente o CMEI atende aproximadamente 150 crianças, de 6 meses a 5 anos, em período integral. O perfil geral da comunidade local onde o CMEI está inserido compõe-se por famílias de baixa renda, que enfrentam problemas de subemprego e desemprego, mas, também apresenta um número significativo de famílias em fase de crescimento pessoal e cultural no que diz respeito a busca por um nível de escolaridade maior e moradia de melhor qualidade. (CMEI, 2015)

A partir dos dados coletados na entrevista com a diretora da escola, acerca de ações da escola no enfrentamento a pobreza dos alunos, foi possível considerar que a CMEI possui uma estrutura física de extrema qualidade. Tendo em vista que está inserido em complexo CAIC, estrutura já planejada para atender os moradores do bairro. Neste complexo, educação infantil, ensino fundamental 1 e 2 e ensino médio são agregados. Além disso inserida no complexo está a ADECAL (Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC da Lapa) que funciona no mesmo prédio, e tem como finalidade a proteção à família, infância e a adolescência, além de dar suporte e manutenção e melhoria dos diversos serviços prestados pelo CAIC, oferecendo oficinas de atividades como manicure e pedicure, cabeleireiro, violão, boxe chinês, kung-fu, futebol e futsal, que tem como objetivo ofertar o acesso às ações socioeducativas, cujas famílias são desprovidas de recursos necessários ao desenvolvimento e a formação integral de seus filhos, cooperando para que tenham uma educação de qualidade, para o completo crescimento e o preparo para o exercício da cidadania. Deste modo muitas crianças de risco são atendidas por esta instituição, visando complementar o trabalho da escola e promover atividades socioeducativas, buscando preencher positivamente o tempo ocioso da criança.

No caso da educação infantil, buscamos a partir da assistência a criança, desenvolver atividades que envolvem o cuidar e educar. A criança que frequenta a educação infantil tem acesso a alimentação adequada que é regida por nutricionista, condições de higiene, que muitas vezes tem que ser complementadas pelas educadoras, e ainda tem acesso as atividades pedagógicas que contribuem para o seu processo de letramento. Além disso, consideramos que o fato das famílias terem um local para deixar os seus filhos contribui significativamente, no que tange as questões de emprego.

Em relação as políticas públicas que o CMEI tem acesso, a nível nacional podemos citar o Programa Bolsa Família, que a maioria dos alunos matriculados são beneficiários. O CMEI conta com as verbas oriunda do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, tais como Fundo Rotativo e PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, que possibilitam a aquisição de materiais para a manutenção do CMEI e para compra de materiais pedagógicos. Em nível municipal temos a implantação da rede de assistência social e de saúde anexas ao CAIC.

Constituem-se como desafios a gestão do CMEI, como um dos principais, a relação entre família e comunidade, numa perspectiva de gestão democrática. Muitas das famílias não participam e nem interagem com o CMEI. No momento o CMEI não possui nenhum projeto específico de enfrentamento a pobreza. O que podemos considerar são os projetos oriundos das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais.

Em consonância com o contido na revisão bibliográfica, a coleta de dados em campo permitiu constatar a relação complexa entre educação, educação infantil e sua contribuição em busca de amenizar os efeitos da situação de pobreza, assim como a íntima relação entre educação infantil e assistencialismo, onde o cuidar compreende uma das principais atividades desta etapa de ensino, ao considerar que cuidar e educar na educação infantil são atividades indissociáveis.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização deste estudo de caso permitiu compreender ações efetivadas pelo Centro Municipal de Educação Infantil da Lapa-PR, em contribuição à formação de crianças que vivem em situação de pobreza.

A revisão bibliográfica permitiu identificar a trajetória da educação infantil no Brasil, oriunda da área da assistência social que em confronto com a análise desenvolvida em campo, identificou-se significativa ligação do setor assistencial na educação infantil. Embora muitos autores defendam a ideia de transposição do assistencial para etapa de educação, perante apontamentos de que esta etapa não é assistencialismo, a constituição da prática na educação infantil percorre maioritariamente traços assistenciais, que envolvem o cuidar como atividade essencial no que tange a parcela de alunos pobres.

Atividades que envolvem cuidados básicos como higiene e alimentação fizeram parte do discurso da gestão da instituição pesquisada, concomitante ao discurso apresentado nas referências bibliográficas associadas as questões de garantia de direitos básicos.

Pode-se concluir que o que envolve as iniciativas próprias da escola no enfrentamento a pobreza dos alunos, destacam-se as práticas pedagógicas e a higiene. As ações que evidenciam-se constituem as implementações das políticas públicas oriundas do contexto federal, estadual e municipal, pois a questão da alimentação compreende o programa de alimentação escolar, a questão do atendimento e encaminhamento a saúde e assistência social para direcionar as atividades socioeducativas está ligado ao programa de assistência social do município, e da própria questão do atendimento à criança que a instituição mantida pela Prefeitura Municipal oferece.

Desse modo, percebe-se que a história mostra que as necessidades da educação sofrem constantes atualizações e por isso a sociedade tem que definir quanto quer investir na educação, para que se possa visualizar qual sociedade pretende-se construir em prol da redução das desigualdades e do enfrentamento à pobreza.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Políticas educacionais e desigualdades:** à procura de novos significados. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17.pdf>

ASSIS, Samuel G. FERREIRA, Kaline M. YANNOULAS, Silvia C. **Educação e pobreza:** limiares de um campo em (re) definição. *Revista Brasileira de Educação* v. 17 n. 50 maio-ago. 2012.

BITTAR, Eduardo C. B. **A escola como espaço de emancipação dos sujeitos.** USP. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4\\_1\\_bittar\\_escola.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4_1_bittar_escola.pdf). Acesso em 12/12/16

CAMINHAS, Davy A. FAHEL, Murilo. TELES, Leticia R. **Para além da renda:** uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. Fundação João Pinheiro (FJP), Belo Horizonte – MG. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG. RBCS Vol. 31 n° 92 outubro/2016: e319205. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n92/0102-6909-rbcsoc-3192052016.pdf>

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

EITLER, Kitta. BRANDÃO, Ana P. LAZARO, Andre. **Por que pobreza?** educação e desigualdade: Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2014. -- (Por que pobreza?)

EVANGELISTA, Olinda. MORAES, Maria C.M de. SHIROMA, Eneida O. **Política educacional**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

FULY, Viviane M. da S. VEIGA, Georgea S. P. **Educação infantil: da visão assistencialista à educacional**. Interfaces da Educ., Paranaíba, v.2, n.6, p.86-94, 2012. ISSN2177-7691. Disponível em: [periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/download/588/552](http://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/download/588/552) acesso em 11/11/16

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

KUHLMANN JR. **Histórias da educação infantil brasileira**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14.

LAPA-PR. CMEI “Catarina Keche Ramos”. **Proposta pedagógica**, 2015.

LIBANEO, José c. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Cadernos de Pesquisa v.46 n.159 p.38-62 jan./mar. 2016 39 <http://dx.doi.org/10.1590/198053143572> Acesso 11/11/16

LEITE, Lucia Helena A. **Escola: espaço e tempos de reprodução e resistência da pobreza**. Disponível em: <http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-3/capitulo2-4.html>

SAVIANI, Dermeval. **O direito à educação e a inversão de sentido da política Educacional**. RPD – Revista Profissão Docente, Uberaba, v.11, n. 23, p 45-58, jan/jul. 2011– ISSN 1519-0919 Disponível na internet: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/197/720> Acesso em 25-09-16

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação e pobreza no brasil**. Diálogo Político 4, p. 11-40, Buenos Aires: KAS, 2005.

VALLE, Luciana de Luca Dalla. **Fundamentos da educação infantil**. Curitiba: Editora Fael, 2010.

VASCONCELLOS, Lia. Sociedade - **As dimensões da pobreza**. Brasília. Ano 4 . Edição 30 - 11/1/2007. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39) acesso em 12/12/16.